

Universidades Lusíada

Bernardino, Luís Manuel Brás
Azevedo, Francisco Duarte

A nova identidade da CPLP no domínio da defesa : impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/2955>
<https://doi.org/10.34628/k40y-3s58>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	A centralidade geoestratégica de Portugal implica, no âmbito das alianças de segurança e defesa onde pertencemos, enfrentar alguns riscos e assumir um conjunto de oportunidades. Para Portugal a cooperação no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa constitui atualmente uma prioridade estratégica para a Política Externa Portuguesa, com significativo impacto na cooperação da área da Defesa. Neste contexto, a adoção da nova “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, endossado no Conselh...
Palavras Chave	Países de língua portuguesa - Defesas, Países de língua portuguesa - Aspectos estratégicos, Países de língua portuguesa - Relações externas, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Medidas de segurança
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 12 (2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:20:41Z com informação proveniente do Repositório

**A NOVA IDENTIDADE DA CPLP
NO DOMÍNIO DA DEFESA:
IMPACTOS PARA A CENTRALIDADE
GEOESTRATÉGICA DE PORTUGAL**

Luís Manuel Brás Bernardino
bernardino.lmb@hotmail.com

Francisco Duarte Azevedo
franciscozvd@yahoo.com

Resumo: A centralidade geoestratégica de Portugal implica, no âmbito das alianças de segurança e defesa onde pertencemos, enfrentar alguns riscos e assumir um conjunto de oportunidades.

Para Portugal a cooperação no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa constitui atualmente uma prioridade estratégica para a Política Externa Portuguesa, com significativo impacto na cooperação da área da Defesa. Neste contexto, a adoção da nova “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, endossado no Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, no passado dia 24 de julho de 2015, veio trazer novos desafios e despertar outras oportunidades para a cooperação militar portuguesa.

Analisando a evolução da cooperação e a participação de Portugal no âmbito da CPLP, esta análise visa saber se a nova “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” contribui efetivamente para afirmar a centralidade geoestratégica de Portugal no mundo, e analisar ainda de que forma esta circunstância pode estar consubstanciada na nova “Visão Estratégica da Comunidade”.

Palavras Chave: Comunidade de Países de Língua Portuguesa; CPLP; Cooperação Estratégica; Cooperação Militar; Identidade de Defesa; Defesa e Segurança.

Abstract: The centrality of Portugal in the world geostrategic imply nowadays, in the context of security and defense alliances, some risks and too many opportunities.

For Portugal the cooperation within the framework of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) is now a strategic priority for the Portuguese Foreign Policy, with significant impact on defense cooperation. In this context, the adoption of the new “Identity of CPLP defense cooperation”, endorsed by the Council of Ministers of CPLP held in Dili (East Timor) on July 24, 2015, brings new challenges to the Portuguese Military Cooperation.

Analyzing the evolution of cooperation and the participation of Portugal in the framework of the CPLP, this analysis seeks to know whether the new “Identity of CPLP defense corporation” contributes to affirming the centrality of geostrategic Portugal and how can be embodied in the new strategic vision of the community.

Key-words: Community of Portuguese Speaking Countries, CPLP, strategic cooperation, military corporation, Identity of Defense, security and defense.

“...A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento...”

In, “ Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2015, p.5

INTRODUÇÃO

A primeira ideia que se nos ocorre atualmente sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sob o ponto de vista geoestratégico para Portugal, é a de uma Organização Internacional com um crescente impacto regional, e cada vez mais de dimensão e alcance global. Uma Comunidade que assenta na partilha de uma matriz histórico-cultural comum e que aposta primária e fundamentalmente no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa. Uma organização que projeta o interesse da lusofonia de Portugal nos quatro cantos do mundo, e que por isso mantém relevante e presente Portugal no mundo, constituindo mesmo um vetor fundamental de influência político-diplomática e porque não dizer, um dos principais eixos da política externa portuguesa e basilar para os interesses económicos, diplomáticos e de segurança de Portugal no mundo.

Uma Comunidade que está presente no nosso imaginário e vive no nosso quotidiano e que se encontra, em nossa opinião, numa fase de crescimento acentuado e de estabilização institucional, procurando-se afirmar internacionalmente pela multicooperação, pela identidade cultural própria (que lhe advém da língua e da história comum) e pela presença, cada vez mais assertiva e presente, no contexto internacional. Uma organização que apostou, desde o seu início em 1996, na luta pelo apoio ao desenvolvimento e pela segurança, que neste mundo globalizado induzem novos desafios para a CPLP e obviamente novas oportunidades para os Estados e concretamente para Portugal e para a sua cooperação militar.

Mas que desafios e oportunidades são estes? E como se pode afirmar Portugal na CPLP e no mundo? Qual é então atualmente a relevância geoestratégica para Portugal possível através do reforço da cooperação na área da Defesa? Será mesmo que Portugal precisa da CPLP para se afirmar no mundo?

COMO AFIRMAR A CPLP COMO UMA COMUNIDADE PARTE DO MUNDO GLOBAL

A CPLP vem afirmando-se no mundo através da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a globalização da cooperação entre os atuais nove Estados membros. Paradigma que se torna bem evidente não só pelo crescimento sustentado, pela presença internacional, pelo volume de conteúdos no ciberespaço, mas principalmente pela quantidade e significado dos múltiplos programas de cooperação, projetos partilhados e protocolos de cooperação setoriais assinados que têm sido desenvolvidos ao longo dos quase vinte anos de existência. Diríamos, talvez um pouco ousadamente, que a CPLP está a deixar a fase da adolescência, de crescimento e amadurecimento institucional e a entrar na sua fase adulta e mais madura. Por esse motivo, é uma organização mais pujante, melhor consolidada, muito mais pragmática e até crescentemente interventiva no seu desenvolvimento institucional e na relação com o mundo atual.

A CPLP está também a consolidar a partilha de experiências vividas e a reforçar a comunhão de afetos, muitas vezes citada pelo emérito Professor Doutor Adriano Moreira, e que esteve na origem da Comunidade em 17 de julho de 1996. Esta ligação pessoal, afetiva e emocional, tendo sempre norteado os destinos e os objetivos da organização, são ainda hoje charneira e fio condutor nas múltiplas áreas de cooperação que desenvolve, nomeadamente na vertente da Defesa, a que dedicaremos, uma especial atenção neste ensaio.

Estamos também certos que este paradigma virtuoso “língua-cultura-afetos” continuará a significar muito do que a Comunidade tem como projeto identitário próprio, mas talvez não suficientemente pensada num horizonte de futuro, pois num tempo onde impera, cada vez mais, a necessidade de fortalecermos a concertação político-diplomática, apostar na dinamização da economia e do desenvolvimento (em todos os domínios) e ainda reforçar a cooperação na área da segurança e defesa, temos de aliar os afetos ao pragmatismo dos interesses dos Estados membros e do mundo real. Precisamos assim de aproximar mais a Comunidade das nossas comunidades dispersas pelo mundo, de inseri-la melhor nas nossas sociedades, de sentir e viver mais intensamente as suas virtudes e de torna-la veículo da presença de cada Estado membro nos contextos regionais onde está inserida. Enfim, torna-la cada vez mais uma Comunidade global e globalizadora ao serviço dos cidadãos e das sociedades, ao serviço do desenvolvimento e da segurança, ao serviço da Língua Portuguesa e da lusofonia.

Neste contexto, parece-nos ser possível refletir, para já, sobre o significado

intrínseco da verdadeira cooperação estratégica e o impacto organizacional a partir da qual se induzirão aspetos fundamentais para se compreender a importância da Comunidade para os Estados membros, a nomeadamente para Portugal. Assim, devemos refletir no futuro sobre a adoção de uma visão estratégica global para a CPLP, que na vertente da Defesa nos obriga a abrir os horizontes para o mar e a apostar numa verdadeira “cooperação geoestratégica de Defesa”. Uma cooperação que inclua os países parceiros e as organizações regionais, que ligue e envolva os continentes e os oceanos onde temos a nossa “pegada lusófona”. O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de ter no seio da Comunidade uma nova cooperação dita “bimultilateral”¹. Uma cooperação que multiplique influência e que potencie o que cada Estado Membro tem de melhor na sua influência regional.

A verdadeira questão é ainda saber como Portugal pode na área da Defesa potenciar a sua participação na CPLP, de forma a reforçar a sua centralidade geoestratégica no mundo? Como ser mais influente na cooperação no quadro da Defesa no âmbito da CPLP?

O CONTEXTO INTERNACIONAL DE AFIRMAÇÃO DA CPLP

Foi no contexto da erosão do mundo bipolar e do recrudescimento da complexa relação norte-sul, num quadro de globalização acelerada que a Comunidade emergiu, tendo como matriz identitária originária o património comum da cultura e da Língua Portuguesa e como objetivo principal, a sua salvaguarda, promoção e valorização no contexto global. Neste quadro, tendo evoluindo para outros patamares da cooperação setorial, surgiu dois anos depois da sua constituição em Lisboa a cooperação na vertente da Defesa, entre outras que atualmente constituem a matriz da Comunidade e que faz ferver de atividades a agenda do Secretariado Executivo em Lisboa.

Neste paradigma, a globalização, como instrumento geopolítico de um mundo aberto, secular e integrador, permitiu que os mecanismos da CPLP

¹A cooperação “bimultilateral” representa uma forma mais adaptável, dinâmica e prática de conduzir a cooperação no seio dos Estados e das Organizações, permitindo uma maior aproximação entre os múltiplos atores, num quadro de ajuda ao desenvolvimento e de reforço das condições de segurança e cooperação multidimensional, que exige uma melhor compreensão entre os valores do Estado e os compromissos vinculados na Organização. Representa um novo paradigma que aponta para uma redefinição das estratégias de cooperação tradicionais (bilateral e multilateral), obrigando a uma maior compromisso nas Organizações e a uma aposta na ligação entre estas e os Estados membros, o que nos transporta para a necessidade de ter uma melhor compreensão das realidades conjunturais e perceber claramente as prioridades dos Estados e das Organizações, ajustando os modelos de cooperação tradicionais ao paradigma bimultilateral que se torna necessário no mundo atual. Luís Bernardino, In “Una Cooperación “bimultilateral” para la prevención de conflictos en Africa”, 19 febrero 2015, pp. 3-5. [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_marco/2015/DIEEEM04-2015_Cooperacion_Multilateral_BrasBernardino.pdf].

pudessem ser utilizados em favor dos Estados membros, que viram nesta organização uma janela de oportunidade e o ensejo de se afirmar regional e internacionalmente. Por via da globalização e dos efeitos conexos, despertaram os interesses económicos e comerciais, diplomáticos e especialmente de segurança e defesa...quase sempre sinónimo de desenvolvimento e de afirmação global que a Comunidade passou a privilegiar e a incluir nas suas agendas próprias.

O fenómeno da globalização acaba também por universalizar e tornar mais globais (e assimétricos) os desafios e as ameaças securitárias (parte delas invisíveis, mas com resultados concretos e cada vez mais evidentes) no concerto das nações, tais como os ciber-ataques, as guerras assimétricas ou as megas migrações de populações deslocadas pelos conflitos internos, as calamidades naturais e até pela repartição desigual de recursos, com implicações sociais graves. Aspetos em que as populações foram obrigadas a abandonar a sua matriz originária, procurando acolhimento junto de sociedades cujos valores e formas de estar sociais são, na maioria das vezes, substancialmente diferentes e radicalmente melhores na forma da liberdade de viver “em liberdade” ... pelo menos assim esperam os milhares de migrantes que fogem da miséria e dos conflitos e que demandam à Europa.

O que se afigura paradoxal é que os Estados saídos dos diferentes processos de descolonização acabaram por manter aparentemente uma matriz do sistema westfaliano da Comunidade vivida entre Estados, “...*que hoje é global - e a que coloquialmente chamamos de “Comunidade Internacional”, tem-se empenhado em conter a natureza anárquica do mundo...*”² e que se transformou no fenómeno da globalização que hoje não deixamos de valorizar nos seus aspetos mais positivos, que tem também aspetos negativos. Neste novo contexto geopolítico global, temos vindo a constatar que os Estados não conseguem responder aos desafios e ameaças impostas pela globalização e que os Estados procuram novos paradigmas de coesão, de reforço da sua proteção, apostando mais significativamente na segurança e defesa, e na promoção do desenvolvimento económico-social, principalmente através de uma integração nas Organizações Internacionais e Regionais onde conjunturalmente se posicionam.

Integração que assenta, especialmente, numa continuidade geográfica e geopolítica, impulsionadoras de uma dinâmica de poderes multipolares, nas quais a palavra “cooperação” (numa perspetiva construtivista associada ao *soft power*³) é primacial e indutora do surgimento de novos centros de decisão multipolares e de novas formas de cooperação para a segurança. Paradigma que transporta para as Organizações as necessidades dos Estados e que na defesa e segurança da população.

Desta forma, questionamo-nos frequentemente sobre as questões da segurança e defesa, ou seja, dos aspetos securitários dos Estados, onde se procuram

² Kissinger, Henry. (2014) In “A Ordem Mundial”, Edições Dom Quixote, Lisboa, 2014, pp.17-19.

³ Joseph S. Nye, Jr, (2004) In “Soft Power: The means to success in World Politics”, Foreign Affairs, May/June, 2004.

respostas partilhadas para fazer face aos desafios e ameaças transnacionais. Neste contexto, a existência das alianças militares regionais, assentes em pactos de segurança e defesa que, embora possam estar limitados pelo horizonte geográfico em que se inserem, poderão atuar além dele, sempre que esteja em causa os interesses e a proteção dos direitos e dos interesses de qualquer dos Estados membros correspondem às necessidades dos Estados, pois estes deixam de ter capacidade de resposta dada a complexidade das ameaças assimétricas que os afetam. E neste caso, compreendemos os mecanismos que estiveram na origem da criação da “Arquitetura de Paz e Segurança Africana” (APSA), da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) ou na idealização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), ou ainda da edificação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e que, se constituem nos mecanismos de cooperação coletiva que intersectam, regionalmente, a CPLP.

Estamos a viver “tempos diferentes”, numa conjuntura de grandes desafios de segurança e de alteração acelerada de paradigmas securitários. Os conceitos e ideologias que até há bem pouco pareceriam mais ou menos permanentes ou com um maior grau de estabilidade no contexto das Relações Internacionais, têm vindo a desmoronar-se, dando lugar a inovadores paradigmas, diferentes daqueles que resultaram do final da guerra fria e que lançam novos desafios para as organizações como a CPLP e para os países como Portugal.

Neste contexto, a Comunidade surge como uma organização comunitária (que assenta verdadeiramente numa Comunidade de Estados), onde se partilham valores, ideologias e uma cultura comum, onde se pretende otimizar a cooperação estratégica setorial e total, onde a segurança e a defesa constituem um objetivo político-estratégico partilhado e que em face das ameaças transnacionais que os países estão sujeitos, a CPLP vem assumindo-se, cada vez mais, como um potencial produtor de segurança regional e instrumento de paz e desenvolvimento nos seus Estados membros, especialmente no continente Africano. Um instrumento de afirmação geoglobal num contexto de globalização...que Portugal deve saber potenciar na sua política externa e no conceito estratégico de segurança e defesa nacional que derivam das suas opções políticas.

O MAR COMO VETOR GEOESTRATÉGICO DE GLOBALIZAÇÃO

Como sabemos, o mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi através do mar que os povos em diferentes continentes e, sob a mesma cultura e a mesma língua de comunicação, se forjaram identidades, agregando-as, que se trocaram experiências, clarificaram interesses e proporcionaram o entendimento político e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, supranacional, tão específica como é a CPLP. Uma Comunidade descontinuada geograficamente, que aposta na afirmação regional como forma de se afirmar globalmente.

A CPLP é essencialmente uma Comunidade na qual o mar, como vetor identitário, tem uma importância inegável, pluridimensional e multidisciplinar, sendo por esse motivo um vetor identitário próprio que permite unir aos fatores estruturantes da língua e da história comuns, bem como da sua gestão, preservação e sustentabilidade, até no sentido da globalização que nos impõe a sermos melhores num mundo cada vez mais global. É assim uma Comunidade de países marítimos (ribeirinhos) que se repartem por três oceanos, ligando quase 280 milhões de pessoas e vivendo em cerca de 10,6 milhões de quilómetros quadrados de terra e usufruindo de 7,6 milhões de quilómetros quadrados de área marítima, uma das maiores do mundo. Uma zona marítima que se afirma também pela sua riqueza em termos de recursos energéticos e de recursos minerais ainda para explorar, que tornam o espaço marítimo lusófono como dos mais ricos e com mais potencial no mundo.

Neste contexto, o Oceano Atlântico merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um corredor marítimo cuja importância recrudescer nos últimos vinte anos por razões geopolíticas e geoenergéticas conhecidas, afirmando-se no contexto económico geoglobal, unindo o sul e norte, abrindo uma janela de oportunidades para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirmem como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente, apostando numa estratégia securitária coletiva em benefício de todos. Pois como se sabe, e é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação, faces da mesma moeda, pois não existe desenvolvimento sem segurança e não existe segurança sem desenvolvimento.

Assim, o Oceano Atlântico constitui, na nossa opinião, o centro de gravidade da CPLP, um espaço contíguo onde para grande parte dos países da Comunidade representa uma enorme fonte de receitas económicas constituindo um fator de afirmação regional e global.

É também, efetivamente neste “mar moreno”, como lhe chama o Professor Adriano Moreira, que se localiza a maioria dos países da CPLP⁴. Mais concretamente é no Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem. Seis dos nove Estados membros são países voltados ao Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um valor geoestratégico e geopolítico acrescido⁵.

⁴ Sete dos actuais nove Estados membros de pleno direito da CPLP são países lideiros do Atlântico. No caso do Atlântico e porque este já foi sobejamente reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova reflexão sobre a segurança marítima no espaço da CPLP. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade”. In “A CPLP e o Atlântico Sul”, excerto da intervenção do Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo no VIIIº ENABED, Brasília, 8-10 de Setembro de 2014.

⁵ “...A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí

Para além de que os países com o estatuto de membros associadas também podem potenciar possíveis alianças no futuro, tomando este assunto e esta representatividade muito mais significativa.

Aspeto que confere a Portugal um posicionamento geoestratégico privilegiado no seio da Comunidade e na ligação entre continentes e organizações. Verificamos assim que é em português que se entendem o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e é em português que nos afirmamos neste espaço multicultural, e ainda outros países que tiveram recentemente acesso à Organização, quer no âmbito da plena adesão ou simplesmente como observadores associados, como é o caso de Guiné-Equatorial (Estado membro de pleno direito) e do Senegal e Namíbia como observador associado, de entre outros que virão eventualmente a solicitar este estatuto em breve como o Zimbabwe ou o Gabão.

Mas também é importante destacar, que os complexos desafios securitários globais, que se refletem, entre outros, no crime organizado, na pirataria, o tráfico de droga, de pessoas ou armas, os conflitos regionais e as migrações desreguladas merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP⁶, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades conjuntas de proteção, vigilância e de segurança marítima, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os instrumentos securitários devam ser objeto de uma incontornável cooperação bimitilateral, que materializa a interdependência da circunstância global e a aposta numa colaboração que deve ser aprofundada entre países, mas cada vez mais inserida nos contextos regionais conjunturais onde estão localizados. Com efeito, o valor e o potencial do mar são atualmente, mais do que nunca, equacionados perante o binómio já acima referido entre desenvolvimento-segurança, pois que esta equação tem mais significado e relevância atual do que nunca. Uma relação que para Portugal significa apostar no desenvolvimento marítimo sustentado e na segurança marítima, num contexto de cooperação e de afirmação da geocentralidade de Portugal.

No que respeita à Comunidade, sabemos que, além dos cerca de 50% das recentes descobertas de recursos energéticos feitos na última década, se encontram em áreas de influência de países da CPLP, sendo urgente que cada Estado membro desenvolva capacidades próprias no sector da segurança marítima, com capacidade bastante para garantir a proteção da sua Zona

existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...". In, "A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa", 2015, p. 7.

⁶ "...É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP...". (Idem, p. 4).

Económica Exclusiva (ZEE) e da sua plataforma continental. Esta relevância implica a adoção de uma nova estratégia de segurança marítima que surge no enquadramento futuro da “Identidade de Defesa da Comunidade”, em que se aposta no reforço dos mecanismos de cooperação estipulados pelo “Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa” assinada à quase uma década na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Documento onde Portugal soube potenciar em proveito da boa cooperação bilateral, mas que em termos multilaterais parece necessitar de outra estratégia, que passará, como vimos por uma abordagem bimultilateral para a cooperação e que iremos desenvolver em seguida.

A CPLP como comunidade marítima necessita de planear e assegurar uma gestão sustentada dos recursos energéticos dos seus Estados membros, de definir uma política de segurança energética comum que possa ser benéfica para todos. Aspeto que tem sido descuidado pela Organização, mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se torna premente agilizar e operacionalizar. Não é demais recordar que em meados de 2007 o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a

“...concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional...”⁷.

Estavam lançadas as bases da “Estratégia da CPLP para os Oceanos”⁸ que viria a conferir uma nova perspetiva para a cooperação marítima no quadro da CPLP e que Portugal necessita de potenciar e capitalizar influências e protagonismo em seu benefício. A inovadora e desafiante “Estratégia da CPLP para os Oceanos”, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, tem um objetivo comum de partilha e união; mas também “obrigou” os países a uma tomada de consciência sobre a enorme diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como aos aspetos relacionados com a respetiva inserção regional, especialmente ao nível das plataformas marítimas

⁷ Declaração da Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de novembro de 2007, XII Conselho de Ministros CPLP/PR.9/2007.

⁸ “...A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objetivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da Comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos Estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. Entre os objetivos da Comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre Estados Membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto...”. Luís Bernardino, In “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, Instituto da Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, pp. 49-50.

e dos recursos associados à economia do mar. A estratégia veio demonstrar a tipificação das ações de cooperação, interdependência e interoperabilidade nos mais diversos campos, bem como veio apelar ao caráter multidisciplinar das intervenções e, ao mesmo tempo, possibilitar um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados membros, incluindo a cooperação no domínio da Defesa, nomeadamente na vertente da segurança marítima e da segurança energética que não tem sido suficiente desenvolvida e onde Portugal pode dar um maior e mais sólido contributo.

Neste contexto e dadas as excelentes potencialidades técnicas e tecnológicas de Portugal, a disponibilização e a possibilidade de exportar a sua tecnologia para os países da CPLP podia (e deveria) ser uma prioridade nacional. Os programas de extensão das plataformas continentais têm sido desenvolvidos sem uma coordenação centralizada. Apesar de estar idealizada na “Estratégia para os Oceanos da CPLP”, Portugal não tem sabido tirar proveito dessa estratégia, sendo desenvolvida por cada Estado membro de acordo com as suas parcerias estratégicas que pouco ou quase nada beneficia a cooperação no seio da Comunidade.

UMA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA PARA UMA NOVA VISÃO GEOESTRATÉGICA NA CPLP

A cooperação estratégica deverá constituir, em nossa opinião, o eixo central de todas as ações da CPLP e deve estar presente em todas as suas vertentes, constituindo mesmo o vértice em função do qual se move toda a cooperação sectorial. É neste vértice que assenta a história do passado e a análise conjuntural do presente, e que permite ter uma visão para o futuro, e eventualmente encontrar algumas soluções partilhadas para “combater” os paradigmas e desafios globais, funcionando assim como elemento central da interatividade na implementação de estratégias e programas de cooperação bicultilaterais. Sublinha-se por isso a pertinência e o carácter incontornável da cooperação estratégica no seio da Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas, bem como da implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados membros. Paradigma que Portugal deve compreender e integrar na sua Política de Defesa, onde a Cooperação Técnico-Militar (CTM) é um dos principais ativos que importa potenciar em nome de Portugal.

A cooperação na sua dimensão multidimensional deve alinhar e convergir programas, atividades e confluir num sentido único de utilidade e convergência de interesses para a Comunidade e para os seus Estados membros. Este parece ser o principal desafio para a CPLP e para Portugal no futuro. Encontrar um dominador comum para a cooperação estratégica, alinhar as principais áreas de cooperação e dar-lhe um sentido de convergência, proporcionando alinhar a visão da Organização no sentido da globalização, com os interesses de cada

país no seu contexto regional de inserção, e obviamente com vista a garantir o desenvolvimento e a segurança de cada país membro...o sentido final da existência da Comunidade.

O crescimento institucional e o amadurecimento organizacional evidenciado ao longo das quase duas décadas de existência, implica a necessidade de termos uma organização mais e melhor integrada nas alianças cooperativas de cada país, e ser potencialmente útil como instrumento de afirmação regional e global. Só assim fará sentido termos uma Comunidade para o futuro que constitua um instrumento da política externa em cada Estado membro, nomeadamente na área da Defesa que, penso, continuará a ser uma das prioridades para a cooperação estratégica no quadro da CPLP para o futuro.

Concretamente na área da Defesa, para Portugal, importa falar em cooperação estratégica para os Oceanos (na vertente da segurança energética e especialmente da segurança marítima), em cooperação bimultilateral estratégica com as Organizações Regionais, com vista a reforçar os conhecimentos tecnológicos e os avanços técnicos. Aspeto que implica apostar numa indústria de defesa lusófona partilhada, em reforçar a presença militar através da participação da CPLP como instrumento de paz e de segurança nas missões sobre mandato das Nações Unidas ou da União Africana (no continente Africano) e em alinhar, estrategicamente, a presença nos fora internacionais, onde o somatório da presença de cada país seja potenciada pela participação da Comunidade como organização coletiva, o que implica a adoção de uma visão estratégica integrada e global, aspeto que Portugal deve saber aproveitar neste momento em que se discute a “Nova Visão Estratégica para a CPLP”, com impacto na centralidade e na geoestratégia de Portugal no mundo.

Para Portugal e neste contexto, tudo ou quase tudo passará (como sempre aconteceu) pela Cooperação Técnico-Militar, pela presença de assessores militares e pelo envolvimento das estruturas de Defesa, pois uma cooperação estratégica portuguesa de envolver necessariamente o emprego integrado da sua componente de segurança e defesa. Pois como sabemos a segurança é condição estratégica para o desenvolvimento e não poderemos na CPLP falar em visão estratégica ou em globalização sem existir também uma visão estratégica para a CPLP em cada Estado membro e assim é com Portugal.

A Comunidade tem de ser estratégica para cada país membro, tem de ser geoestrategicamente relevante para a Política Externa de Defesa no quadro da ação externa dos Estados membros. Quer isto dizer que uma cooperação estratégica na vertente da Defesa no seio da Comunidade será sempre o que cada país quiser, e dependerá em medida da importância estratégica que essa cooperação terá no seio dos objetivos político-estratégicos de cada Estado membro. Não existe estratégia sem cooperação e não podemos falar de uma cooperação estratégica no seio da Comunidade se não existir da parte de Portugal e dos demais países membros uma visão estratégica do que é e pode ser a Comunidade neste mundo globalizado. Este paradigma é mais relevante quando refletimos sob a presença

do Brasil na Comunidade, pois a CPLP não poderá permitir-se a ter um Brasil menos empenhado, sob pena de perder protagonismo e capacidades na cena internacional. E por outro lado, a CPLP sem o Brasil não é a mesma CPLP e o Brasil deverá também saber interagir no seio da Comunidade, torná-la também estratégica para a sua Política Externa e para a Política de Segurança e Defesa Nacional.

A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COMO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO NA COMUNIDADE

A cooperação militar da CPLP no domínio da Defesa é, como se sabe, praticamente desde o início em 1998, um subsistema da cooperação institucionalizado no seio da Comunidade. A sua origem correspondeu às recomendações dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP, ocorridas em meados de julho de 1998, em Lisboa, iniciando, ainda fora da dinâmica institucional da Comunidade, as atividades de cooperação na área da Defesa. O Brasil, numa primeira fase, com o estatuto de observador, acabou por se tornar membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde (2001). Posteriormente, Timor Leste (2002) e mais recentemente a Guiné Equatorial (2014) viriam a aderir à Comunidade, perfazendo os atuais nove Estados membros.

Com efeito, nesse momento inicial (1998), os Ministros da Defesa estavam já plenamente conscientes do valor e da importância que a Cooperação Técnico-Militar possuía a nível bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada uma das “...*vertentes primordiais da relação de amizade que se vinha renovando e fortalecendo entre os respetivos países e as suas Forças Armadas...*” Nesse sentido, “...*decidiram apostar numa nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios específicos, a um novo conceito de globalização interna...*” Nascia assim o “Conceito de Globalização da Cooperação Técnico-Militar”⁹, que veio a nortear estrategicamente toda a cooperação desde essa data na área da Defesa desenvolvida no seio da Comunidade.

A cooperação na área da Defesa resultaria assim de uma primeira globalização interna da cooperação, num alinhamento multilateral do melhor que se vinha fazendo em termos bilaterais. Um alinhamento que apostava numa melhor estruturação organizacional do que se vinha fazendo praticamente desde

⁹ O Acordo sobre a “Globalização da Cooperação Técnico-Militar” que viria a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia (Cabo Verde), fez com que a componente de Defesa da Comunidade evoluísse para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes e que mantiveram e têm mantido a sustentabilidade das iniciativas e atividades no quadro de uma cooperação estratégica estruturada e beneficia para todos e em função do objetivo global de “...*promover e facilitar a cooperação (...) sistematizando e clarificando as ações a emprender...*” (1999).

as Independências com cada um dos “novos” Estados Africanos. A cooperação na vertente da Defesa não nasceu com a CPLP, ela assumiu sim um novo paradigma organizacional e uma dimensão inovadora e cada vez mais atrativa e dinâmica, que potenciou o que bilaterais já se vinham fazendo. Esta primeira globalização interna da cooperação, veio lançar novos desafios e originou um vasto leque de oportunidades que projetaram a cooperação na área da Defesa como das da cooperação mais dinâmica, proactiva e eficiente entre as demais vertentes da cooperação no quadro da Comunidade.

Através do congregar dos resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os PALOP (e após 2002 com Timor-Leste) e como consequência da evolução na relação e num patamar evolutivo, permitiu que se ampliasse aquelas experiências partilhando-as entre os demais Estados membros. Foram assim identificadas novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspetiva globalizante, figurando entre outras a criação de um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) que seria acolhido em Lisboa (Ministério da Defesa Nacional de Portugal) e do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), com sede em Maputo (Moçambique) e núcleos nacionais em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios, e que constituiriam dois dos órgãos principais na cooperação nesta área específica da Defesa.

Constituiu-se assim uma arquitetura de Defesa na Comunidade com base nos seguintes órgãos estruturais: o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP; as Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP; as Reuniões de Chefes do Estado-Maior-General; as Reuniões de Diretores Nacionais de Política de Defesa e o Centro de Análises Estratégicas da CPLP. Outras iniciativas viriam, mais tarde, a consolidar um crescimento sustentado e partilhado da componente de Defesa no seio da Comunidade, designadamente: os Exercícios Militares da Série “FELINO” (2000), os Simpósios/Conferência das Marinhas da CPLP (2008) e o Fórum de Saúde Militar (2014), entre outros.

Esse quadro legal seria mais tarde aprovado pelos Ministros da Defesa também na cidade da Praia, em Cabo Verde, a 15 de setembro de 2006, o que constituiu um marco identitário na cooperação no seio da componente da Defesa da CPLP. Referimo-nos ao “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, e que é atualmente o documento-quadro com base no qual se rege a cooperação dos países membros neste domínio. Estando já ratificado pela grande maioria dos Estados membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só “...entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados membros...”, o que reforça por um lado o sentido de consenso e de responsabilização política das decisões tomadas no seio da Comunidade, mas por outro condiciona e atrasa, para não dizer que limita, a plena evolução da cooperação nesta vertente no quadro da organização.

Por outro lado, sem perder de vista a natureza e principalmente o sentido

para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, onde no Artigo 4º do Protocolo consubstanciam-se algumas das principais linhas orientadoras, identificadas pelo sentido da solidariedade e cooperação entre os Estados membros. Referimo-nos especificamente à necessária sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos países na Defesa Nacional. Neste contexto, parece-nos importante operacionalizar e tornar mais rentável a também necessária da troca de informações estratégicas que visem reforçar a defesa dos países à luz das ameaças transnacionais e dos desafios globais, o ensino, a formação e treino o militar, nomeadamente a continuação dos Exercícios Militares “FELINO”, o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos soberanos, bem como outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade e farão, em nossa opinião, evoluir a organização para patamares de afirmação regional crescente e tornando-se cada vez mais uma organização de alcance global.

No entanto, e apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação no domínio da Defesa, sendo a paz, a segurança, a defesa e as boas relações político-diplomáticas, fatores primordiais para uma cooperação frutuosa e proactiva e por isso mais estratégica, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos países membros, projetando a Comunidade como uma organização de cooperação para a segurança, que tem em vista o desenvolvimento sustentado dos seus Estados membros. Uma organização cada vez mais relevante nos contextos regionais e com potencial geoestratégica para se afirmar globalmente, pois a dispersão geográfica dos seus Estados membros dão-lhe essa dimensão global. O que significa que a CPLP tem uma vocação natural para ser parceira com outras organizações com iniciativas e propósitos idênticos, em benefício de interesses comuns e abrindo portas para a criação de sinergias positivas nos espaços de implementação regional onde se vai afirmando.

Estamos cientes de que, por exemplo, uma cooperação aprofundada com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁰ ou com a Comissão

¹⁰ A Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. É integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Para a preservação da paz no Atlântico Sul, é imprescindível que a região se mantenha como zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa. O compromisso dos países da ZOPACAS com esse objetivo foi formalizado por meio do Tratado de Tlatelolco, do Tratado da Antártida e do Tratado de Pelindaba - que declaram serem zonas livres de armas nucleares, respetivamente, a América Latina e o Caribe, o continente antártico e a África. Essa rede de compromissos também contribui para fortalecer iniciativas no âmbito das Nações Unidas voltadas ao estabelecimento do Hemisfério Sul e de Áreas Adjacentes como zona livre de armas nucleares. [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=567-zopacas-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul&lang=pt-BR].

do Golfo da Guiné (CGG)¹¹, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) ou do Pacífico ou ainda do Índico, deve ser vista como um exercício político-estratégico construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentado, na senda de regionalmente procurar uma afirmação global. Aspetos que Portugal pode e deve dinamizar e integrar na sua Política Externa de Defesa, nomeadamente no Oceano Atlântico e especialmente derivado da sua centralidade geoestratégica que lhe confere algumas oportunidades e que concorre para uma maior aposta na realização de programas de cooperação e de uma maior presença regional/global.

Das reflexões que entretanto foram sendo feitas sobre o Protocolo de Defesa (2006) resultaria, oito anos depois, a recomendação dos Ministros da Defesa na XVª Reunião de Ministros de Defesa realizada em Lisboa, em 26 de maio de 2014, para que esta componente fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação e que veio a ser designado por “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” e que lança as bases para uma discussão que já está a acontecer sobre a “Nova Visão Estratégica para a CPLP”.

A identidade da CPLP no da Defesa viria a ser aprovada em 26 de maio de 2015, na cidade de São Tomé e foi endossado no último Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, no passado dia 24 de julho de 2015, constituindo um marco estratégica na evolução da cooperação na área da Defesa no seio da Comunidade. Neste novo enquadramento ideológico-conceptual, Portugal, que se empenhou fortemente na elaboração dos estudos conducentes à sua definição, terá de ser capaz de potenciar esse conhecimento e materializar na nova visão estratégica da Comunidade que incorporará e ganhará mais interesse com a recente aprovação da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”. Vamos ver se será assim efetivamente...

A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA E OS IMPACTOS PARA PORTUGAL

Sobre o documento da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, importará realçar para já o carácter inovador, pragmático e endoutrinador do mesmo. O

¹¹ A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) nasceu do tratado assinado em Libreville, República Gabonesa, no dia 3 de julho de 2001, por Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe. A CGG constituiu-se numa ferramenta institucional permanente de cooperação destes Estados ribeirinhos do Golfo da Guiné com vista a defesa de seus interesses comuns e a promoção da paz e do desenvolvimento socioeconómico assente no diálogo e concertação, baseados nos laços de amizade, solidariedade e fraternidade que os unem. A Comissão do Golfo da Guiné, a que aderiram no ano de 2008 os Camarões e a República Democrática do Congo, mantém-se aberta à adesão de outros Estados da costa do Golfo da Guiné, com vista a transformar a sub-região numa Zona de Paz e Segurança. [<http://cggrps.org/a-comissao-do-golfo-da-guine/>].

documento não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e a geoestratégia e o entorno global dos Estados membros, mas também, pretende ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental da componente de Defesa que dá corpo ao Protocolo de Defesa e articula doutrinariamente a “Arquitetura de Defesa da CPLP” e/ou os “Mecanismos de Defesa da Comunidade”¹².

Aparentemente (numa inversão de sentido) a definição do quadro doutrinário de referência, que só agora surgiu (passado quase 15 anos do início desta vertente da cooperação) veio ligar ideias, arrumar conceitos e definir caminhos de doutrina e assim contribuir para um reforço e sistematização do que já se vem fazendo em termos de cooperação na área da Defesa. Para Portugal, importaria reforçar a sua presença no quadro regional e potenciar o instrumento militar “CPLP” como instrumento de paz e segurança, de projecção do poder e da influência e em ultima instância, de uma Comunidade com aspirações a tornar-se global...mais que não seja pela dispersão geográfica dos seus Estados membros.

No vazio da existência ainda de um verdadeiro “Conceito Estratégico da CPLP”, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades coletivas regionais sendo que no caso da Defesa serão os interesses comuns neste sector que irão potenciar a cooperação em diferentes domínios, maximizando assim respostas e soluções comuns para problemas idênticos. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para a segurança dos Estados membros nomeadamente na vertente da segurança marítima e cooperação bimotoilateral para o futuro. Além disso, identifica a matriz identitária da Comunidade com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto da Comunidade, apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação estratégica e procurando alinhar ideias, conceitos e valores constituindo para uma nova visão estratégica para a CPLP.

Mas é evidente também a análise da envolvente estratégica da Comunidade e esse aspeto surge bem visível no ponto 2 do documento, onde se identificam algumas ameaças à segurança no espaço da lusofonia, donde resulta a exigência de uma abordagem não só multissetorial mas também multilateral e multidimensional. A inserção regional dos países da CPLP deve ser vista como uma mais-valia, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-CPLP e aponta para uma “regionalização a nível global”, reforçando as parcerias estratégicas regionais e por essa via, apostando na afirmação de uma cooperação bimotoilateral que importa por em prática para que a Comunidade se possa projetar globalmente e os seus Estados membros, onde se inclui Portuga, possam ser beneficiados.

O ponto 3 identifica os valores comuns e interesses da Comunidade no domínio da Defesa e, fá-lo de uma forma evidente com base, nos princípios gerais e nos objetivos da Organização, mas em função das circunstâncias

¹² Luís Bernardino, In “Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Editora Prefácio, 2008, pp. 186-189.

conjunturais, ou seja, vistos numa perspetiva dinâmica que envolvem os valores básicos da Comunidade. Neste contexto, a concertação político-diplomática é um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, sendo a alavanca fundamental da cooperação para a Segurança e desenvolvimento. E porque é de cooperação (e do seu potencial) que se fala no documento, o setor militar é salientado como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interatividade positiva e a Defesa, o sector de cooperação estratégica que melhor consolida essa ideologia. Fator que Portugal, como principal dinamizador deve saber potenciar, reforçando e apostando numa cooperação militar estratégica na CPLP.

Destaca-se também a condição ribeirinha e a ligação político-estratégica ao mar de todos os Estados membros da CPLP bem como o potencial estratégico dos oceanos, dos seus recursos e da sua importância geopolítica e geoestratégica no contexto regional e no mercado global. O mar é a maior e principal janela de oportunidades na Comunidade. Uma janela de oportunidade que importa aproveitar, pois:

“...a condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...”¹³.

Por outro lado, a CPLP representa também no sector de Defesa um potencial instrumento de dissuasão regional e que também pode ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte). Paradigma que deve levar Portugal a afirmar-se como a centralidade do espaço que liga a América-África-Europa e que tanto impacto e benefícios pode representar. Nesse aspeto, as diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios assumem uma importância incontornável e deve merecer especial atenção de cada Estado membro e de Portugal em particular.

Trata-se de cooperar nos domínios do ensino e da formação (que inclui educação, treino, capacitação e operacionalização das forças); na partilha de informação estratégica e na conjugação de meios e tecnologias, pois as ameaças e desafios que se vislumbram para os Estados membros exigem uma abordagem

¹³ Luís Bernardino, In, Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, 2015, p. 7.

integrada, cooperativa e cada vez mais proficiente. Desafios que cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e através da partilha de tecnologia, na disponibilização conjunta de materiais que racionalizem custos e meios, e ao mesmo tempo confirmam capacidade acrescida de dissuasão e de defesa (e segurança) perante os crescentes desafios transnacionais que afetam os Estados e que devem ser aspeto de reflexão no seio da CPLP como aconteceu em julho de 2015 no VII^o Simpósio Político- Estratégico da CPLP, organizado pelo CAE/CPLP em Maputo.

O documento termina com um apelo à vontade e empenho político dos Estados para materialização de ações concretas, sendo este quanto a nós, o ponto fulcral do sucesso de qualquer cooperação e do próprio futuro da CPLP. Com efeito, os fatores da cooperação integrada e interativa já se encontram expressos nos documentos estruturantes, afigurando-se necessário contudo o seu aprofundamento e a sua efetiva operacionalização. Daí que se torne premente o empenho político ou a vontade decisora das instâncias superiores da Comunidade para que a cooperação bimitilateral se desenhe como resposta coerente e efetiva aos desafios da presente conjuntura e nos permite fazer face às ameaças globais que enfrentamos, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários.

Neste contexto, a Comunidade não podendo agir nem como organização defensiva regional, nem muito menos como estrutura de defesa global capaz de atuar em qualquer cenário, porque a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os Estatutos e nomeadamente o “Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, tem no entanto uma vocação universal de proteção e de intervenção humanitárias que consubstanciam a sua atuação à resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Só assim fazem sentido os Exercícios Militares da série “FELINO”, as iniciativas das Marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e fará igualmente sentido, a “Nova Visão Estratégica da CPLP” que se está a discutir e que Portugal deve também saber potenciar em termos de política externa.

CONCLUSÕES

A centralidade geoestratégica de Portugal confere-lhe um vasto conjunto de oportunidades no quadro da cooperação na área da Defesa na CPLP, mas simultaneamente, atribui-lhe algumas responsabilidades que passa por uma liderança estratégica na organização, pelo menos enquanto o Brasil e Angola não se importarem ou não quiserem. Um desafio que para Portugal implica apostar numa cooperação estratégica de Defesa e que conduz a uma postura estratégica mais ativa e envolvente na relação com o mar e especialmente com o Oceano

Atlântico, que consideramos o centro de gravidade da CPLP.

Neste contexto, um aspeto que releva do texto da “Identidade da CPLP no Domínio de Defesa” está relacionado com a questão da necessária interoperabilidade entre forças militares e que poderá aplicar-se no contexto de uma “Arquitetura de Segurança Marítima para o Atlântico”. Trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da CPLP, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios Militares “FELINO” e que emerge dos objetivos específicos da cooperação no domínio da Defesa, mas que sendo de difícil implementação carece evidentemente de vontade política e de elevados recursos económicos. A questão é saber se essa vontade política existe em Portugal e se existem suficientes recursos para a potenciar?

Destacariamos neste âmbito a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima, na qual o CAE/CPLP tem um papel relevante a desempenhar, e onde a promoção de uma política comum de cooperação estratégica, aliada ao contributo para o desenvolvimento das capacidades militares dos Estados membros apostando no fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP e da própria Comunidade como instrumento de segurança.

Acreditamos assim que o desafio maior da Comunidade residirá em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva. Desafio que temos a obrigação moral de construir em cada ação, em cada iniciativa, em cada quadro da cooperação para a segurança e para o desenvolvimento, uma missão que convoca cada um dos Estados membros e a Comunidade em geral, uma missão que nos podar maior visibilidade em termos regionais e globais.

Neste contexto, Portugal deve continuar a afirmar-se no seio da Comunidade, desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo e coletivo, tornando-se, cada vez mais, uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume cada vez mais importância. Por isso, equacionamos uma cooperação bicultural sustentada em toda a bacia atlântica, em especial no Atlântico Sul e muito em particular na região do Golfo da Guiné, pois, como refere o professor Adriano Moreira “...sem segurança não há condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento não poderá haver segurança...”. Devemos apostar numa região e na defesa de um paradigma securitário que faz atualmente muito sentido, que nos torna (Portugal) geoestratégico e que nos coloca enormes desafios, nomeadamente para as Forças Armadas Portuguesas e em especial para a Marinha.

Deveremos capacidades de liderança regional e que na nossa óptica devem ser a meta conceptual para afirmar a CPLP no campo da Defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados membros nas áreas do ensino e da formação, da partilha de informação estratégica e do desenvolvimento tecnológico e científico de Defesa, numa indústria de defesa partilhada entre outros. Pelo que julgamos adequado salientar que não faltarão áreas onde essa interação bilateral e multilateral multidisciplinar combinada que designada de

“cooperação bimultilateral” será prioritária à luz da natureza de cada ameaça ou desafio e tornar-se numa efetiva cooperação estratégica, onde Portugal tem tudo a ganhar e onde tudo deve apostar.

A questão que se coloca no futuro aos futuros políticos e ao público em geral é saber se Portugal, no quadro da CPLP, tem esta capacidade e se deseja seguir esse caminho? E saber ainda qual o grau de empenhamento e interesse do Brasil e de Angola, além dos demais países da CPLP na adoção da nova estratégia para a cooperação na área da Defesa. Na verdade, se estamos levantando estas questões é porque ela já contém umas respostas e não deve ser propriamente a de um sonho sempre adiado, por circunstâncias que se prendem não só com a dispersão geográfica, a inserção regional de cada Estado membro e os respetivos compromissos Internacionais, mas também com as vicissitudes internas próprias de dinâmicas políticas e de segurança e defesa associado aos dos Estados. O que se torna por vezes difícil de compreender são algumas exigências de celeridade relativamente às iniciativas e ao alcance do patamar de desenvolvimento alcançado no seio da Comunidade. Atendendo à diversidade e desigualdade dos níveis de desenvolvimento político, económico-social e de Defesa de cada Estado membro e à própria relativa jovialidade da Organização essas respostas e essa evolução terá de ser sempre relativizada e sentida numa perspetiva realista.

Brevemente cumprir-se-ão vinte anos da sua existência e a este propósito, será oportuno realçarmos alguns elementos fundamentais que poderão contribuir para as novas linhas de ação e visão político-estratégica da CPLP na próxima década. Um diálogo onde Portugal poderá afirmar-se como líder, ressaltando a necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores nomeadamente na área da Defesa; apostar na educação, na formação de quadros, na interação de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de ações cooperativas multilaterais; incentivar a criatividade das novas gerações nas áreas da investigação científica e tecnológica e das ciências marítimas, contribuindo para que cada Estado membro aposte no desenvolvimento sustentável; e aprofundar a concertação político-diplomática de forma a projetar a imagem da Organização no plano externo e nos fora internacionais.

A componente de Defesa dos Países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1998, contribuído de uma forma positiva e construtiva para a Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade. Uma análise mais aprofundada sobre esta temática evidenciará um conjunto de iniciativas, que apesar de discretas, têm constituído passos sólidos para uma consolidação e maior visibilidade, sobretudo numa conjuntura que exige de todos nós uma reflexão profunda à luz do que está a ser gerado na designada “Nova Visão Estratégica da CPLP”, saída das resoluções da Cimeira de Díli, realizada em julho de 2014 e que Portugal deve acompanhar e liderar num processo consultivo e partilhado.

Neste caminho de afirmação global da Comunidade é essencial a contribuição da sua componente da Defesa, não só pelo carácter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes

Órgãos desta componente de Defesa têm demonstrado desde o seu início. Seguindo estritamente o princípio da cooperação bilateral e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, haverá que ter sempre presente que são muito mais as coisas que nos unem do que aquelas que nos separam e que a cooperação “bimultilateral” será a nova forma de cooperação estratégica que a Comunidade necessita para se afirmar neste mundo global; Aspetos que estão bem evidenciados na “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, que sendo um documento que aposta na cooperação transatlântica estratégica no seio da Comunidade e entre a Comunidade e as demais Organizações Regionais constitui já uma visão de futuro para a CPLP.

Esperemos também que não seja apenas mais um documento, porque a CPLP pode certamente orgulhar-se da sua componente de Defesa que tem sabido criar e desenvolver, ao longo dos últimos 15 anos, com um espírito cooperativo, construtivo assente no diálogo, na partilha, no respeito mútuo e gerador do aprofundamento das relações e em prol do desenvolvimento e da segurança de cada Estado membro e da CPLP como organização de vocação global.

Assim haja vontade política e o empenho de todos os Estados membros... Assim haja interesse e saber em Portugal...

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2007) - Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Editora Prefácio, ISBN 978-989-8022-87-5.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e LEAL, José Santos (2011) - A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, IDN Cadernos, 2011, ISSN 1647-9068.
- BERNARDINO, Luís e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, in Revista Militar, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.
- GUEDES, Armando Marques (2012) - Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul e a construção da «Lusofonia». JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 3, N.º 1, Primavera 2012. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art1.
- MOREIRA, Adriano (2002) - Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.
- MARCHUETA, Maria Regina (2003) - A CPLP e o seu Enquadramento. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MACQUEEN, Norrie (2003) - A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guinea-Bissau, in International Peacekeeping, Vol. 10, No. 2, Summer 2003, pp.1-26. London: Frank Cass. ISSN 1353-3312.
- MONJARDINO, Carlos Valente (2002) - A Comunidade dos Países de Língua

- Oficial Portuguesa. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa. 29
- NEY, Joseph S. Júnior (2002) – Compreender os Conflitos Internacionais- Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos). Lisboa, Editora Gradiva. ISBN 972-662-845-8.
- OLIVEIRA, Aparecido de (1999) - Os Fundamentos da CPLP: O Projecto. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ed. Instituto de Altos Estudos Militares. Edições Atena, S. Pedro do Estoril, pp. 5 - 15.
- PCDD (2006) - Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, Secretariado Permanente Assuntos de Defesa da CPLP, Lisboa, 2006.
- SANTOS, Vítor Marques (2005) – Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. Lisboa: Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros